

ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO PT



BOLETIM NACIONAL

Nº 72 - 2ª quinzena de Agosto/93 - Cr\$ 75,00



Pau nelle, Brasil!

Maluf está na marca do pênalti: a Receita Federal e o Ministério Público investigam o financiamento de suas campanhas em 89, 90 e 92, que teriam sido pagas pela empresa Pau Brasil. Páginas 4 e 5

BANCADAS

A Medida Provisória do Governo não encerra a briga por reajustes mensais de 100% da inflação para os salários. O deputado Paulo Paim, presidente da Comissão do Trabalho da Câmara, explica como se dará o contra-ataque página 7

PREFEITURAS

As prefeituras petistas não são ilhas. O modo de governar é petista, mas a crise econômica é suprapartidária. Saiba com o Tarso Genro, Patrus Ananias, Darci Accorsi e Jorge Viana estão enfrentando a questão de reajustes mensais para o funcionalismo municipal página 8

EDITORIAL

Uma responsabilidade coletiva

A comunicação interna entre nós, petistas, é um problema que está por ser resolvido. Ponto de pauta do 8º Encontro Nacional, o assunto exige atenção, investimento e esforço de cada um de nós para que possamos garantir instrumentos ágeis e eficientes para informar o conjunto da nossa militância. Da parte da Comissão Executiva Nacional, estamos propondo uma série de medidas que permitam a superação das dificuldades nessa área e facilitem um diálogo entre a direção e o conjunto do PT. É fundamental que cada Diretório Municipal, cada núcleo e cada filiado possa ter acesso a todas as deliberações e encaminhamentos feitos pela direção. É esta a condição para o retorno, a crítica, a contribuição, a formulação efetivamente coletiva. Como uma dessas medidas, estamos mudando algumas características do **Boletim Nacional**, tornando-o um veículo de informação e encaminhamentos da direção nacional, porém, garantindo o espaço de diálogo. Em sua nova forma, o **Boletim** mantém o espaço para as cartas dos leitores e trará as notícias da direção nacional — as deliberações do Diretório Nacional e Comissão Executiva e os principais debates em curso no âmbito dessas instâncias —, informes das bancadas Federal, estaduais e municipais, das secretarias nacionais e das administrações petistas.

A Secretaria-Geral, a Secretaria

de Organização e a Secretaria de Comunicação são responsáveis pela implantação desse novo projeto. Nossa intenção é substituir as antigas circulares por matérias mais ágeis, que passem para o conjunto do partido a informação essencial. Circulares e atas ficarão à disposição dos interessados nas sedes nacional e regionais do Partido.

O **Boletim Nacional** passa a ser quinzenal e pretende ser **semanal**. É obrigatório seu envio a cada DM e a cada Núcleo de Base. Essa é a nossa parte.

Do conjunto do partido, esperamos uma resposta ágil, com cartas, matérias e proposições. A tarefa de bem informar os petistas exige mão dupla: também precisamos saber o que se passa em sua instância, em sua cidade, em sua categoria.

Por tudo isso, o **Boletim Nacional** também precisa de uma **resposta urgente em assinaturas**.

A Comissão Executiva Nacional está tomando a iniciativa e cumprindo sua parte. A consolidação deste novo projeto requer uma contrapartida, uma resposta urgente do partido. Cada núcleo, cada DM, deve fazer sua assinatura e ampliar ao máximo o número de assinantes em sua área. Temos confiança que vamos consolidar este projeto.

Nosso abraço!

Gilberto Carvalho
p/Comissão Executiva Nacional

BOLETIM NACIONAL
Agosto/92 - 2ª quinzena Nº 72

O Boletim Nacional é uma publicação quinzenal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203-002 - São Paulo/SP
Fones (011) 223.7999/7904 ou 222.2906/2875/6986

Jornalista Responsável
Marisa Lourenço MTb 18.321
Colaboradores
Cintia Campos
Editoração Eletrônica
William Aguiar
Impressão
Central Print

Os desafinados

Nas avaliações do 8º Encontro publicadas no BN nº 71 os dois representantes da chapa "Democracia Radical" bateram na mesma tecla: o 8º Encontro se tornou "a briga pelos cargos de direção", diz Augusto de Franco; "o que estava em disputa era o espaço na direção", diz Lucia Carvalho.

O que dominou todo o processo de debates nos encontros municipais, estaduais e nacional foi uma clara vontade da maioria das bases militantes do partido de mudar a sua prática. As modificações na direção foram decorrência das reorientações políticas: o método profundamente democrático de eleger os dirigentes a partir de teses e chapas garante que estejam na direção os que representam as posições existentes no partido, **proporcionalmente**. Disputa "por cargos" só pode existir dentro de uma mesma chapa.

É possível (embora muito equivocado, na minha opinião) dizer que as posições aprovadas são "conservadoras", como faz Augusto de Franco. Mas tentar desqualificar o Encontro dizendo que foi uma "briga por cargos" já é uma atitude bem pouco democrática de quem se sentiu derrotado.

João Machado
Secretário Nacional de Formação Política

Você sabia que

Os Estados Unidos são na verdade três países? Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (HID) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), são eles: o da população branca (em 1º lugar), o da população negra (31º lugar) e o da população hispânica (com o 35º lugar na classificação mundial de desenvolvimento humano de 1993). No HID os países são classificados de acordo com parâmetros que combinam expectativa de vida, nível educacional e poder aquisitivo básico. No conjunto os EUA ocupam a 6ª colocação. O Brasil mereceu o 70º posto em 93, caindo da 59ª

colocação que ocupava em 92.

Os países da América Latina e Caribe obtiveram, com raras exceções, classificação somente após o 50º lugar. A dívida externa desses países somavam, de acordo com a CEPAL, 450 bilhões de dólares em 1992. Os indicadores comprovam o rombo, que afetou principalmente as crianças. Segundo a Unicef, os países do Terceiro Mundo estão enviando 178 bilhões de dólares por ano aos países ricos, isto é, três vezes mais do que recebem em financiamentos externos. Para a Unicef, as crianças pagam, indiretamente, a dívida do Terceiro Mundo.

Programa Educativo
Dívida Externa (Pedex)

Chacoalhão

... Deixei de assinar a *Teoria & Debate* porque o povo está saturado de teoria (e eu também), o que o povo espera do PT são ações. Sobre aquele mamute chamado *Brasil Agora*, não vou nem falar. Resta o *Linha Direta*, uma publicação, até há pouco, alegre, informativa, que se podia ler numa sentada. Ultimamente está se tornando uma porcaria e, para completar a desgraça, surgiu um tal *PT Informa*, uma droga que nada informa.

Eu, os simpatizantes, os militantes e os amigos em geral gostaríamos de saber o que se passa nas prefeituras do PT. Será que os companheiros prefeitos são incompetentes e nada fazem? As informações que tive da administração de Telma chegaram através da televisão ou do jornal *Notícias de Santos*; dos sucessos de Erundina soube por amigos ou pela imprensa burguesa, nem sempre digna de crédito. Olivio Dutra, para mim, nem existiu, como não existe Patrus Ananias, Palocci e tantos outros...

Celso Mario Mubarak
São João da Boa Vista -
S P

BN - Pensando em minimizar o problema da comunicação interna o BN (nova fórmula) passa a ser quinzenal. Escreva dando sua opinião!

Aquecendo os motores para 94

A campanha de ataques ao PT começou cedo e vai recrudescer frente ao medo da nossa vitória. A eleição de 1994 — uma disputa conjunta de presidência da República e governos dos estados —, exige que o PT esteja fortemente organizado também na disputa estadual pois as chapas estaduais serão os principais porta-vozes da campanha Lula nos estados.

De acordo com a Secretária Nacional de Organização, Tatau Godinho, uma campanha com esse tipo de desdobramento exigirá a formação de coordenações de campanha capazes de intervir sobre a realidade política do estado, de maneira totalmente articulada com a política nacional. "É fundamental agilizarmos a preparação dos programas de governo estaduais e aprofundarmos a relação com os movimentos sociais, bem como criar estratégias de ocupar os meios de comunicação locais e investir na organização da base partidária, rearticulando o funcionamento político das instâncias. Este processo, deverá nos permitir montar uma chapa de candidatos a deputados que expressem um enraizamento do partido e sua presença social e política no estado", argumenta Tatau.

Durante sua última reunião, no dia

16 de julho, a Executiva Nacional fez uma discussão inicial com o objetivo de orientar os estados sobre o calendário eleitoral de 94. "Caberá às direções estaduais abrir um processo de discussão sobre a tática eleitoral majoritária. Esta tática poderá significar, ou não, a definição ainda este ano do nome do candidato ao governo do Estado", informa Tatau. Mesmo que a direção estadual opte por realizar prévias entre os pré-candidatos, a definição final de candidaturas ao governo do estado deverá ser confirmada pela tática eleitoral aprovada no Encontro Estadual de 94, estando, portanto, sujeita a adequações em função da política de coligações que será fechada.

As direções estaduais que considerarem necessário fazer prévias, deverão realizá-las entre os dias **primeiro de outubro e 12 de dezembro** deste ano. As direções estaduais definirão as datas das pré-candidaturas ao governo. As inscrições serão seguidas de um período de apresentação e debates entre as pré-candidaturas que **não deverá exceder a 45 dias** da data marcada para a respectiva prévia. O regulamento final das prévias será votado pelo Diretório Nacional na reunião de 21 e 22 de agosto.

I Seminário sobre MERCOSUL

Abriendo um debate com a militância sobre o MERCOSUL e seus impactos na economia — particularmente no setor agrícola —, o Diretório Nacional, através da SAN e da SRI, articulados com os DR's do RS, SC e PR, estão organizando o 1º Seminário Nacional sobre o Mercosul, que acontecerá entre os dias 23 e 25 de setembro, em Curitiba (PR).

O grande propósito deste seminário é encontrar formas de dialogar com a sociedade sobre a questão da integração dos mercados do sul do continente, afirmando com clareza de que modo o governo Lula conduzirá suas iniciativas e como elas se compõem dentro do Programa Democrático Popular.

Será dada prioridade à participação no Seminário dos companheiros representantes do partido que possuem acúmulo à respeito da terra. O número de vagas é limitado: 12 para RS, 10 para SC, 5 para SP, 3 para MG, 3 para RJ, 2 para MS e haverá apenas uma vaga para cada um dos estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste.

A direção nacional orienta para que sejam realizados seminários ou reuniões estaduais preparatórias que devem constituir numa introdução do debate político do tema e ser o fórum para a escolha de delegados estaduais. Para maiores informações contatar Nani Stuart ou Rogério Sotilli (fone 223.7999 - fax 222.9665)

O PT e a construção da Central

Finalmente um desfecho para o longo debate sobre a criação de uma entidade representativa dos movimentos populares. O PT está engajado: eis a resolução da CEN



A Comissão Executiva Nacional analisou e deliberou por unanimidade que os objetivos pretendidos pelos militantes do PT que estão engajados na construção da Central de Movimentos Populares são coerentes com o acúmulo de discussões existentes no Partido acerca da intervenção dos petistas nos movimentos populares. Foram destacados os seguintes pontos:

- . Afirmar o papel estratégico dos movimentos populares na busca de melhorias da qualidade de vida da população oprimida e discriminada;

- . Consolidar um movimento popular de caráter amplo e combativo, praticando os princípios da autonomia, democracia e representatividade;

- . Combinar sempre as ações de mobilização, organização e formação e interferir nos planos econômico, social, político e ideológico-cultural;

- . Qualificar o movimento para que seja capaz de elaborar e propor políticas, superando o estágio reivindicatório.

A Central de Movimentos Populares pode e deve cumprir um importante papel na superação das fortes tendências de atomização, setorialização, despolitização e, por vezes, forte corporativismo ainda presentes, podendo cumprir ainda um importante papel na criação de espaços para a arti-

culação dos movimentos populares em todo o Brasil. Sua implantação pode servir como polo de intercâmbio e aglutinação de diversos movimentos, que contribua para tornar mais fortes e unitárias as reivindicações, propostas e manifestações desses movimentos; que possa atuar com força suficiente, como interlocutores, junto ao Estado, daquelas questões de interesse do conjunto dos movimentos e da maioria oprimida da população.

Nesse sentido, se reveste de absoluta importância que o Partido dos Trabalhadores se engaje efetivamente, através dos seus militantes nos movimentos populares, na construção da Central de Movimentos Populares, devendo ainda estimular, através de debates, seminários e outros eventos nos diretórios municipais e zonais das capitais o envolvimento de seus filiados nas plenárias para tirada de delegados ao 1º Congresso Brasileiro de Movimentos Populares quando será criada a Central de Movimentos Populares.

Além dos seminários regionais que o Partido deverá estar promovendo para discussão e aprofundamento das políticas para a Central, faremos uma Reunião Nacional com os petistas que são delegados ao 1º Congresso, no dia 24 de outubro de 1993, em Belo Horizonte (MG).

CASO PAU BRASIL

O esperneio malufista

O "pau brasil" acertou o fígado do malufismo. Acuados e sem defesa diante das denúncias levantadas pela Receita Federal, Maluf e seus sócios escolheram o PT, Lula e a CUT como alvo na "operação despiste" que montaram para desviar a atenção da opinião pública. Primeiro foi o vereador Miguel Colassuono, líder de Maluf na Câmara Municipal, que publicou matéria paga na imprensa atacando o partido (veja a nota da CEN na página 5). Colassuono, afastado da presidência da EMBRATUR no governo Figueiredo (!) por denúncias de corrupção, explicou que "um grupo de amigos" arcou com os Cr\$ 6 bilhões — valor de 20 de julho — gastos na publicação, o equivalente a 50 vezes o salário que recebe como vereador.

Animado com a súbita notoriedade alcançada por Colassuono, o deputado estadual do PTB paulista Fernando Silveira aderiu: no dia 27 de julho, entrou com uma representação contra o PT na Justiça Eleitoral. Queria saber quem pagou o programa de TV do partido, veiculado no dia 15 de julho. Acusava o PT de ter "utilizado equipamento do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC". Na pressa de agradar Maluf, Silveira esqueceu que a TVT — produtora do programa — é uma associação civil autônoma, que não pertence a qualquer sindicato e faz contratos comerciais como qualquer produtora no mercado. O programa do dia 15 custou ao PT o equivalente a 41.756 dólares.

Os contra-ataques continuam. O alvo principal é a gestão Luiza Erundina à frente da prefeitura de São Paulo. A imprensa fala de uma "guerra" entre malufistas e petistas. Mas para o presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, o que há, na verdade, é "uma guerrinha de nervos" preparada por Maluf e seus sócios. Eles não querem responder — será



que podem? — às acusações vindas à tona com o "caso Pau Brasil".

Não decola

A denúncia chegou às redações dos jornais através de "fontes malufistas": Na campanha de Luiz Eduardo Cheida a prefeito de Londrina (PR), Lula teria voado em um jatinho pago por uma empresa. Os coordenadores da campanha da coligação "Londrina na Frente" nas eleições municipais de 1992, Antonio Izidoro Furlan e Nelson Micheletti, negam a acusação e explicam, em nota oficial, o que realmente aconteceu. Veja a nota:

"A contratação do serviço da empresa Jabur Táxi Aéreo, em 11 de julho de 1992, para levar o presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, de Londrina a Curitiba, foi efetuado porque Lula tinha compromissos urgentes na capital do Paraná.

A Empresa Jabur Taxi Aéreo, solicitou, como garantia, a indicação de pessoa jurídica para a emissão de nota fiscal. A coordenação da campanha ofereceu o nome da Empresa Norplan-Salles Assessoria e Empreendimentos. Esta empresa não pagou as despesas da referida viagem.

A despesa com o fretamento do avião foi paga em 12 de julho de 92, com o cheque nº 102775, do Banco Mercantil do Brasil, emitido —

ressalte-se — por Janderson Marcelo Canhada, tesoureiro da campanha de Luis Eduardo Cheida, eleito prefeito de Londrina. O

O ataque é a melhor defesa?

Os filósofos e os generais nos ensinaram que, muitas vezes, na guerra a melhor defesa é o ataque. Esta parece ser a estratégia adotada pelos malufistas para se defenderem do cerco e aniquilamento a que estão submetidos a partir do recente episódio conhecido como "caso Pau Brasil". Vamos aos fatos:

A Receita Federal — e não o PT — iniciou investigações na empresa Pau Brasil, suspeita por realizar várias mudanças de domicílio e de razão social, e descobriu que ela não passava de fachada para emissão de notas frias que encobriam doações ilegais para a campanha eleitoral de Maluf em 89, 90 e 92. E mais: que os contratos da empresa com a estatal Cosipa eram superfaturados e, possivelmente, um meio de fazer caixa para as campanhas de Maluf.

Em seguida a Procuradoria da República — e não o PT — determinou a abertura de inquérito pela Polícia Federal para apurar o caso Pau Brasil. Na requisição da procuradoria está escrito que "o

dinheiro foi arrecadado em jantar por adesão e não faz parte das contribuições e ou despesas da campanha.

A comprovação de que o pagamento do serviço foi feito pelo senhor Janderson Marcelo Canhada pode ser verificada através dos registros da contabilidade da Jabur Táxi Aéreo.

As interpretações "malufistas" a respeito deste episódio são inteiramente descabidas e visam, naturalmente, o processo sucessório de 94. Os responsáveis pela coordenação da campanha municipal de 92 colocam-se à disposição, de quem quer que seja, para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários".

caso envolve delitos de grande magnitude contra a ordem tributária, com envolvimento de outras empresas e crimes conexos". A procuradoria determinou também a quebra do sigilo bancário da empresa.

Sob auditoria

Foi a Receita Federal que informou ao País que as empresas Pau Brasil, FMG Engenharia e Entersa — de propriedade do pianista João Carlos Martins, esta última em sociedade com Calim Eid, coordenador das campanhas de Maluf — estavam sob auditoria. Foram apreendidos quatro disquetes e 11 talões de notas fiscais frias emitidas para 20 empresas.

Depois se descobriu que João Carlos Martins doou a Pau Brasil a um funcionário seu, de nome Francisco Nunes, criou outra empresa, com o nome de FMG, e que ambas tinham contratos de US\$ 4 milhões com a Cosipa. Por fim, a imprensa comprovou que a sede da campanha de Maluf em 92 funcionou num

CASO PAU BRASIL

Respondendo aos ataques

imóvel alugado pela Pau Brasil. O que fez o PT? Simplesmente deu continuidade a duas representações que havia feito em 92 contra o abuso do poder econômico e crimes eleitorais de Maluf, por distribuição de cestas básicas e recebimento de um cheque de Cr\$ 420 milhões (valores da época) do proprietário da empresa Thanco. Para isso entrou com nova representação na Corregedoria Eleitoral. Além disso, solicitou ao TCU uma auditoria nos contratos da Cosipa com a Pau Brasil, a FMG e outras oito empresas, todas suspeitas de superfaturamento, conforme a própria Receita. O PT vai lutar pela instauração de CPIs em nível federal e municipal para apurar essa verdadeira reprise do escândalo PC-Collor.

Para complicar ainda mais a vida dos malufistas, aparece um ex-cabo eleitoral de Maluf, Maurício Câmara, que entregou à Receita Federal documentos que comprovam que as despesas da campanha de Maluf em 90 e 92 eram pagas pela Pau Brasil e fez acusações de que o esquema PC-Collor financiou a campanha de Maluf em 90. Apontou ainda a corretora Cotação — que tem entre seus sócios Paulo Roberto Richter, ex-presidente do PDS — como operadora desses recursos.

Frente a esses fatos e à gravidade das acusações, que faz Paulo Maluf? Foge da imprensa e se recusa a dar esclarecimentos à sociedade. Tenta desviar a atenção atacando o PT, Lula e a CUT. É que os malufistas aprenderam mal a lição dos filósofos e gerais sobre a arte da guerra. Maquiavel nos ensinou, sobre a arte da política, que o ataque é a melhor defesa, desde que, ao lado do príncipe, estejam a verdade, a honra e a coragem. Esse, evidentemente, não é o caso do malufismo.

José Dirceu
deputado federal (PT-SP)

Além de processar o vereador malufista Miguel Colassuono, a CEN respondeu, em nota oficial, aos ataques feitos ao partido na matéria paga de 20 de julho.

As recentes denúncias de financiamento irregular de campanha eleitoral contra o prefeito de São Paulo, Paulo Salim Maluf, vindas a público através de uma investigação de rotina da Receita Federal, são o início do desmascaramento de mais um esquema fraudulento à moda de Collor e PC. O “esquema Pau-Brasil” traz à cena a canalização de dinheiro público para campanhas políticas, como apontam todos os indícios de favorecimento da empresa — propriedade do pianista João Carlos Martins, amigo pessoal de Maluf e sócio de Calim Eid, tesoureiro de campanha do atual prefeito — pela estatal Cosipa.

Atingidos em cheio, encurralados, Paulo Maluf e seus sócios não conseguem responder acusações levantadas inclusive por um ex-empregado de Maluf, Maurício Câmara, que participou de diversas campanhas do atual prefeito. O desespero dos malufistas pode ser medido pela reação que tiveram até agora, semelhante de Fernando Collor flagrado em suas negociações: tentam atingir o PT e a CUT com acusações genéricas, levianas e infundadas. Collor também inventou um “sindicato do golpe”, e criou o seu “esquadrão da morte”. Não adiantou.

Um exemplo do pânico malufista é a matéria paga publicada hoje (21.07) nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Diário Popular* sob o título “Lula-

PT-CUT: os mistérios da conexão de 50 milhões de dólares”. O PT está pedindo direito de resposta e vai ingressar com uma queixa-crime contra o vereador Miguel Colassuono, signatário da nota paga.

Ao contrário dos malufistas, o PT é transparente em suas explicações:

É ridículo afirmar que a campanha de Lula foi “tão ou mais rica que a de Collor”. Basta lembrar dos US\$ 28 milhões de “sobra de caixa” confessados pelo esquema collorido. A opinião pública sabe que a campanha da Frente Brasil Popular, entre todas as campanhas de candidatos em condições de disputa, era a que dispunha de menos recursos financeiros. O que fez — e faz — a diferença, e que garantiu a Lula 31,5 milhões de votos, é a garra da militância em contraposição aos cabos eleitorais pagos por gente como Maluf e seus sócios.

Lula é presidente do PT, de quem recebe salário por decisão do Diretório Nacional. Suas viagens internacionais e nacionais são pagas por entidades e instituições que o convidam. Um exemplo recente é sua viagem a Israel, paga pelo governo daquele país.

A Caravana da Cidadania custou ao PT US\$ 39,719.20, dinheiro proveniente da receita regular do partido, mais um repasse extra de US\$ 6,700.00 da bancada federal. O PT é sustentado pelas contri-

buições de 1% dos rendimentos de cada filiado, mais 30% do salário de cada parlamentar. Hoje, só os deputados federais contribuem mensalmente com cerca de Cr\$ 2,5 bilhões para PT.

Sobre a indevida vinculação feita entre o PT e a CUT, lembramos que esta central sindical é uma entidade suprapartidária que tem 2.500 sindicatos filiados. É nesses sindicatos que trabalham os 1.300 advogados, 400 economistas e 800 jornalistas citados na nota. Esse pessoal é pago com a contribuição dos sindicalizados e o Imposto Sindical — tributo que tentamos extinguir, apesar da oposição de Paulo Maluf e seus aliados.

De todas as inverdades da matéria paga dos malufistas, a mais abjeta é a citação a Lurian, 19 anos, filha de Lula. A falta de ética desses homens faz com que, mais uma vez, invistam contra a família e a vida privada de um adversário. Lurian estudou em Paris entre 07.08.92 e 10.02.93, a convite de Marília Andrade, militante de longa data da esquerda e do PT. De volta ao Brasil, Lurian mora na mesma casa onde sempre viveu e trabalha num escritório de projetos em São Bernardo do Campo.

Maluf, Calim Eid e Miguel Colassuono, com sua ação diversionista, tentam escapar das investigações do Ministério Público e da Receita Federal. De nossa parte, além das medidas judiciais cabíveis, continuamos acompanhando os desdobramentos do “caso Pau-Brasil” e exigindo a cabal apuração dos fatos.

São Paulo, 21/07/ 1993
Comissão Executiva Nacional do PT

INTERNACIONAL

Sucesso na IV Reunião do Foro

O Foro de São Paulo realizou, em Havana, Cuba, sua Quarta Reunião anual, entre os dias 21 e 24 de julho. Foi o mais importante encontro do Foro desde sua criação, em 1990, por iniciativa do Partido dos Trabalhadores. Estiveram presentes 122 partidos na condição de membros e, também, dezenas de outras organizações do continente, da Europa, Ásia e África compareceram na condição de observadores. O tema central em debate foi a evolução da situação econômica, social e política da América Latina, sobre o qual se fizeram ouvir intervenções de quase todas as organizações presentes.

Cuauhtémoc Cardenas, do PRD mexicano. Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional, Chafick Handal, da Frente Farabundo Marti, Navarro Wolf, do M-19 colombiano, Pablo Medina, da Causa Radical e Eduardo Pozo, do Mas, ambos da Venezuela e Luis Inácio Lula da Silva, foram alguns

dos oradores que se revezaram na tribuna do Foro. Eles debateram a situação continental e as alternativas principalmente para os dois próximos anos, quando eleições em importantes países da América Latina podem levar ao poder forças progressistas. É o caso do Brasil, Uruguai, México, Colômbia, Venezuela, El Salvador, República Dominicana, dentre outros.

Fidel Castro que, junto com importantes dirigentes do Partido Comunista, assistiu a todas as sessões do Foro, falou no encerramento da reunião. Ele se referiu à gravíssima situação econômica e social que vive Cuba atualmente, tema também tratado por altos dirigentes do partido e do Estado cubanos em debates paralelos ao evento.

Duas comissões, reunidas no penúltimo dia, aprofundaram os temas da relação Partidos e Movimentos Sociais na América Latina e questões relacionadas com a

Formação Política e a Comunicação, que haviam sido objeto de discussão de dois seminários realizados neste ano no México e na Bolívia, respectivamente.

O Foro contou com uma expressiva representação de partidos do Caribe de língua inglesa e francesa, da mesma forma que de várias organizações paraguaias, pela primeira vez presentes de forma massiva. A delegação do Brasil teve a presença de quatro partidos, a mais alta de toda a história do Foro. Estiveram em Havana delegados do PCdoB, PSB, PDT, além do PT, cuja delegação foi integrada por Lula, Marco Aurélio Garcia e Marco Piva. O Foro aprovou uma Resolução Política e uma série de acordos práticos para nortear sua atividade futura. A resolução, o acordo, bem como os principais trechos do discurso de Lula e da intervenção de Marco Aurélio Garcia, serão publicadas em suplemento especial do Boletim Nacional.

JUVENTUDE

Secundaristas realizam 3º ENESPT

Com a presença de 55 delegados de vários estados do país, realizou-se, nos dias 24 e 25 de julho, o III Encontro Nacional de Estudantes Secundaristas do PT — ENESPT. O objetivo do Encontro foi discutir a atuação dos petistas para o XXX Congresso da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), que acontecerá também em São Paulo, entre 8 e 11 de outubro.

Além do debate sobre a concepção do movimento estudantil, conjuntura e educação, os secundaristas deflagraram neste terceiro encontro um processo de intervenção unitária do PT na preparação para o CONUBS (Congresso Nacional da UBES). “Neste processo buscaremos formar um campo de aliados para barrar a política

implementada pelo MR-8, que atualmente tem maioria na UBES”, afirma Fabiano Pereira, diretor da entidade.

“Para formar este campo de aliados, explica Fabiano, levaremos em consideração três critérios fundamentais: ética, democratização do movimento e despartidarização das entidades”, explica.

Deste campo de aliados participam grupos regionais independentes: a OJL, PSB, PCB, JR e o PSDB. “Este último terá um tratamento diferenciado por parte do PT”, diz Fabiano. Também foram discutidas possíveis alianças para o Congresso da UBES. Neste leque entram o PST-U e o PCdoB, que devem ser tratados na relação de partido para partido, em cima de um programa para a UBES.

Requião

Oposição ao governo de Roberto Requião desde seu início, o PT paranaense divulgou nota oficial classificando a cassação do governador pela Justiça como “um golpe de filiação reacionária”. Para os petistas do Paraná, “a decisão do TRE, tomada quase três anos após a posse” seria reflexo da briga entre o Executivo e o Judiciário no estado. O PT-PR reitera, entretanto, que jamais poderia concordar com o crime eleitoral praticado por Requião na campanha de 90.

Rural I

A Secretaria Agrária Nacional (SAN), em convênio com o Instituto Cajamar (INCA), está fazendo uma experiência de regionalização da formação política do Partido. Entre os dias 4 e 8 de outubro a SAN realizará, em Chapecó (SC), o curso de formação política para militantes rurais dos estados RS, SC e PR. Maiores informações pelo fone (011) 223.7999, com Rogério Sotilli.

Rural II

A partir do dia 15 de setembro estará à disposição dos petistas um caderno de debates, produzido pela SAN, que abre a discussão em torno da elaboração do Programa de Governo (PAG) Agrário-agrícola. Deste debate participam os companheiros José Graziano, José Eli da Veiga, João Pedro Stedile, Zander Navarro e Nelson Oliveira, além do coletivo da Secretaria Agrária do Pará.

Contra a fome

Mais de 30 mil pessoas vivem em estado de indigência em São José dos Campos (SP). Diante disso, respondendo ao convite da Prefeitura Municipal, várias pessoas se uniram e implantaram o Comitê de Ação pela Cidadania contra a Fome e pela Vida. O comitê integra uma coordenação geral e seis grupos de trabalho, que se reúnem semanalmente. Contato para informações, na sede do Comitê: (fone 41 8369) rua Santa Elza, 231.

Assine o BN

O Boletim Nacional do PT está comemorando seu 10º aniversário. Ganhou nova cara e nova periodicidade. Só ficou faltando o seu presente. Faça sua assinatura!

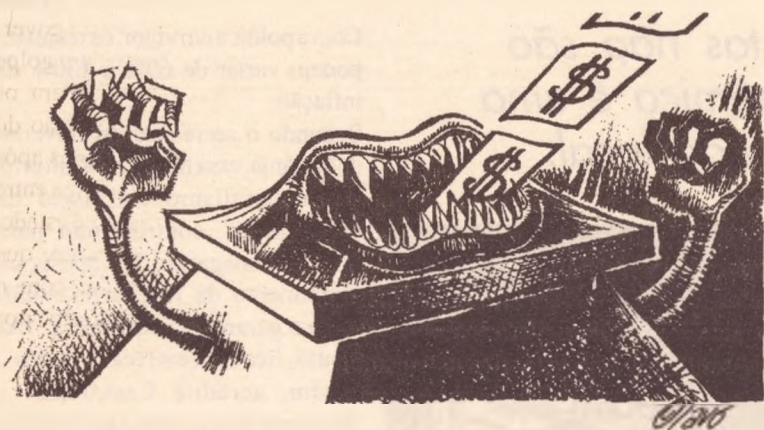
Para assinar o BN basta enviar nome, endereço, telefone para contato e um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores (no valor de sua assinatura) para:

Rua Conselheiro Nébias,
1052 - Campos Elíseos - São Paulo/SP - CEP 01203-002.

Cr\$ 750,00 (12 edições)

Cr\$ 1.500,00 (24 edições)

Ano de eleições sem lei



O Congresso Nacional não tem tratado com a devida urgência as mudanças necessárias na legislação eleitoral e partidária. Será que já esqueceram do depoimento de PC Farias? O safado atribuiu seus crimes à legislação eleitoral, que chamou de hipócrita. O código eleitoral vigente foi aprovado em 1965, em pleno regime militar, daí a necessidade de se aprovar uma legislação específica para as próximas eleições. A nova lei orgânica dos partidos, já aprovada pela Câmara, está parada no Senado e somente agora se inicia a análise da legislação para as eleições de 94 na Comissão Especial eleitoral, criada pela Câmara.

O deputado José Dirceu (PT-SP) apresentou à apreciação do Congresso diversas propostas para regulamentar, com rigor, o financiamento dos campanhas e os limites de gastos dos partidos e seus candidatos.

O deputado propôs o estabelecimento de tetos máximos para despesas de campanhas. Tomando como base o eleitorado do país e dos Estados, foram criados limites de gastos por partido ou coligação, para cada eleição. Assim, na eleição para presidente, por exemplo, o teto seria de aproximadamente 600 bilhões, cifra que se obtém ao multiplicar o número de eleitores do país por 0,25 Ufir (Unidade Fiscal de Referência). Vale o mesmo raciocínio para governadores, senadores e deputados, alterando-se apenas o percentual da Ufir: 0,5 para governador; 0,2% para senadores(2); 0,15% para deputados federais e 0,1% para

deputados estaduais.

Outra proposta é de que as pessoas físicas e jurídicas possam fazer limitadas contribuições aos partidos (pessoa física, 45 mil Ufir; pessoa jurídica 135 mil Ufir); considerando-se crime a doação acima dos limites definidos na lei, com pena de reclusão e multa. No caso do candidato, além das penas previstas, a cassação da candidatura ou do diploma, se eleito.

Com referência às prestações de contas, passarão a ser mensais, de maio a dezembro do ano eleitoral, com comprovação detalhada das receitas, assinadas por contadores habilitados junto aos Conselhos Regionais de Contabilidade que assumirão integral responsabilidade técnica pelas informações. Estas serão apresentadas diretamente pelos partidos e comitês à Justiça Eleitoral, deixando de existir, assim, o Comitê Interpartidário que aprovava qualquer prestação de contas.

Para ter total transparência, as contas dos partidos e comitês serão publicadas mensalmente no *Diário Oficial*. E por fim, passará a ser atribuição da Justiça Eleitoral durante o processo eleitoral (e não mais após as eleições) o exame das contas dos partidos e comitês. A apreciação das contas deverá ser feita até oito dias antes da diplomação dos eleitos.

É evidente que esta nova legislação, caso aprovada, não resolverá definitivamente o problema do abuso do poder econômico. Somente a ação organizada e permanente da sociedade civil garantirá a efetiva aplicação desta lei.

O contra-ataque

Terminará, com a Medida Provisória baixada por Itamar, a queda de braço em torno de uma nova política salarial? Durante os últimos meses da discussão sobre as novas regras para os salários, Congresso, governo e sociedade não chegaram a um consenso. Nesse meio tempo, os petistas foram chamados de demagogos por defender o projeto que concede reajuste mensal de 100% da inflação para o trabalhadores. A surpresa veio quando o verdadeiro demagogo dessa história engomou o topete e, além de vetar o Projeto, baixou uma medida provisória que lança um redutor para os salários. A MP determina o repasse mensal da inflação, des-contados 10 pontos, apenas para a faixa que percebe até seis mínimos.

Mas esta disputa não termina aqui, ao contrário. A medida do governo, segundo o deputado Paulo Paim (PT-RS), significa ponto para nós. "O governo forçosamente reconheceu a procedência da nossa proposta de reajuste mensal".

Há 20 anos arroxam salários e aumentam impostos no Brasil, sempre com o argumento de combater a inflação — que nesse período cresceu 100 vezes enquanto o salário perdeu 70% do poder de compra. É preciso topete para insistir nessa tecla.

Para deixar bem claro quem é afinal o demagogo, o deputado Paulo Paim, que preside a Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados, apresenta os fatos: "O governo diz que é criminosa a remarcação de preços por parte dos empresários — de acordo, diz Paim — mas é o primeiro a dar o mau exemplo com aumentos abusivos das tarifas públicas. Enquanto os salários dos trabalhadores têm reajustes inte-grais apenas no quadrimestre, o preço dos combustíveis — que eleva os custos dos demais serviços e preços da economia —, por exemplo, é reajustado quinzenalmente.

Itamar diz que não arrocha salários, mas na verdade mantém seu poder de compra em níveis menores que os do governo anterior. Diz que o maior inimigo dos trabalhadores é a inflação, só que, enquanto que na

administração passada ela girou em torno dos 20% no governo Itamar ela está acima dos 30%", explica o deputado.

O governo fala em combater a sonegação, no entanto mais de 50% dos impostos brasileiros continuam não sendo pagos. Além disso, insiste em novo imposto, aprovando o IPMF com veto ao artigo que isentava a faixa de trabalhadores que ganha até 10 mínimos. E mais: os juros ultrapassam a casa dos 50% ao mês, o dólar disparou, a recessão continua e cresce o desemprego. Portanto, questiona o deputado, quem é o demagogo?"

Ofensiva

Com a Medida Provisória o governo reconhece em parte a importância de nossa proposta concedendo reajustes mensais, porém mantém o confisco de 50% do poder aquisitivo do salário do trabalhador e congela o salário mínimo. Se a briga não termina com a MP qual será, então, nosso próximo passo? Nosso contra-ataque virá com a apresentação de um Projeto de Conversão (que funciona mais ou menos como um substitutivo para a MP). "O Projeto de Conversão é o recurso através do qual podemos restabelecer a proposta de reajuste de 100% da inflação", explica Paim. Este projeto passa pela aprovação da Câmara, por maioria simples, através do voto aberto. Ao conseguirmos aprovar novamente os 100% o governo Itamar não terá qualquer moral para vetá-lo, enfrentando a quinta derrota nessa disputa", garante o deputado.

Mas ainda paira a dúvida. Muitas prefeituras petistas e mesmo a CUT afirmam não poder conceder reajustes dessa ordem. "A resposta é simples, afirma Paim, a questão não é local, é nacional. Eles não podem dar o que não recebem. Aprovada a lei nacional nossos prefeitos e os sindicalistas serão os primeiros a praticá-la. Ao contrário das acusações que nos fazem, nossa luta não é corporativista. Ela tem um cunho político profundo, abrindo caminho, inclusive, para a reforma agrária", conclui.

A crise está para todos

O modo de governar é petista, mas a crise é suprapartidária. Acoissadas pela recessão, as prefeituras petistas não têm como pagar o reajuste mensal de salários a seus servidores, embora o partido esteja na ponta de lança na briga pela reposição mensal da inflação. “As prefeituras governadas por petistas não são ilhas”, lembra Tarso Genro, prefeito de Porto Alegre (RS). “Somos plenamente favoráveis a reajuste mensal, mas só poderemos implantar essa medida a partir do reaquecimento da economia — e da arrecadação — que virá quando todos os trabalhadores tiverem direito à reposição mensal”.

As administrações de Porto Alegre e Belo Horizonte (MG) estão sob o fogo cerrado dos adversários e da imprensa, que querem ver na política salarial dessas prefeituras uma prova da “incoerência” do PT: defendemos o reajuste no Congresso e nos recusamos a pagar quando somos governo. O que esses adversários não dizem, porém, é que o funcionalismo de Porto Alegre tem direito a reajuste de salário a cada dois meses, pelo índice de inflação calculado pelo DIEESE. Uma política mais vantajosa que a atualmente em vigor para a maioria dos trabalhadores.

DIEESE

Em Belo Horizonte, a administração também adota os índices do DIEESE para medir as perdas, e

As prefeituras petistas não são ilhas e a crise econômica é uma questão nacional e não local.



propos aos servidores correção mensal a partir de julho, baseada na arrecadação. Com isso, os reajustes mensais podem variar entre 50% a 110% da inflação. Esse acordo foi aceito pela maior parte do funcionalismo de BH, inclusive pelos professores, que, pela primeira vez, assinaram um acordo salarial com a prefeitura.

Condicionar o índice do reajuste mensal à arrecadação também foi a solução encontrada pela prefeitura de Goiânia, que desde o dia 13 de julho tem política salarial própria. “Esse era um compromisso de campanha”, explica o secretário de Governo, Valdi Camárcio. “Nas

gestões anteriores, os reajustes dependiam do bom humor dos prefeitos”. A proposta de política salarial foi iniciativa do Executivo, aprovada sem emendas pela Câmara Municipal.

Defasagem

Ao assumir a prefeitura, em 1º de Janeiro, Darci Accorsi herdou uma defasagem média de 1.400% nos salários dos servidores. “A dificuldade de reportar tudo isso é grande”, admite Valdi Camárcio. “Nosso esforço é no sentido não permitir mais perdas”. Tanto que, em seis meses de administração petista, as reposições foram acima da inflação.

Com a política em vigor, os reajustes podem variar de 60% a 130% da inflação.

Segundo o secretário de Governo de Goiânia, essa política transforma o funcionalismo em fiscal da arrecadação, contribuindo para evitar a sonegação. Ele aposta no crescimento da receita do município e garante transparência: “As contas ficam acessíveis a todos”. Assim, acredita Camárcio, “a administração poderá pagar melhor e investir na cidade”.

Aumentar a receita

A administração de Rio Branco (AC) também está apostando no aumento da arrecadação para garantir a seus servidores uma política salarial semelhante à adotada por Goiânia. Em 1º de Janeiro, quando Jorge Viana tomou posse na prefeitura, o município tinha 90% de sua receita oriundos de repasses federais. “Até o fim do mandato, nosso projeto é reduzir isso para 50%”, conta Aníbal Diniz, assessor de Comunicação da prefeitura.

Para isso, a administração está recadastrando os contribuintes e conta com o empenho do funcionalismo na fiscalização. Com cerca de 120 mil habitantes, uma enorme carência de serviços públicos e indústria incipiente, Rio Branco vai garantir a seus servidores entre 70% e 130% de reposição mensal da inflação.

Tempo quente em São José dos Campos

O tempo esquentou em São José dos Campos (SP), cidade de 600 mil habitantes no Vale do Paraíba, governada pela petista Angela Guadagnin. O Sindicato dos Servidores Municipais acusa a prefeitura de “empreguismo” e “nepotismo”. Motivo: o preenchimento dos cargos de confiança na máquina municipal. A prefeitura

reage: não abre mão de governar com equipe própria, nomeada segundo critérios de competência e de afinidade com o programa de governo.

Na raiz da briga, uma medida do prefeito anterior, efetivando os antigos ocupantes de cargos de confiança. “Governar com a equipe do antigo prefeito é que não seria

possível”, argumenta a administração.

O Diretório Municipal do PT assumiu a defesa da administração e em nota oficial classificou as denúncias do sindicato de “infundadas e difamatórias”. Para o PT local “o exercício do sindicalismo livre e combativo passa por um comportamento ético e também

por um diálogo afirmativo com as outras forças interessadas na construção de uma nova sociedade, como é o caso da Administração Democrática e Popular e do próprio PT”.

A Comissão Executiva Nacional está acompanhando o caso e discute a possibilidade de se abrir um debate nacional sobre esse tipo de questão.